

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJMA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024



4 DE NOVEMBRO DE 1813

TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO – DIREITO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – DIREITO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Muito se tem falado e escrito sobre inclusão, que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quando se afirma que “a educação é direito de todos”, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos.

Antigamente, pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e de todo tipo de crendice. *Mittler (2000 apud Santana, 2003)*. Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito que se inicia com a jornada da História da Educação das pessoas com deficiência.

No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de “fase da exclusão”, a maioria das pessoas com deficiência era considerada indigna de educação escolar. Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para os seus problemas; assim as pessoas com deficiência passaram a ser recebidas em instituições filantrópicas de cunho religioso ou asilos, que foram a última morada para muitos.

A fase chamada de segregação, já no século XX, começou com a inserção de pessoas deficientes em grandes instituições que propiciavam a alfabetização. A partir da década de 1950 e mais intensamente nos anos 60, eclodiu o movimento de pais a quem tinha sido negado o ingresso de seus filhos em escolas comuns; após a Segunda Guerra Mundial, “consistia na crença de que o problema da deficiência era algo restrito à pessoa que a possuía e que, por isso, a solução seria prover a essa pessoa o máximo de habilidades a fim de que ela se tornasse apta a ingressar ou reingressar na sociedade” (*Sasaki, 1997*). Surgiram então as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas regulares.

A década de 1970 constituiu a fase da integração, em que houve mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, ou seja, só era possível essa junção quando o aluno com deficiência se adaptava ao regime da escola, sem modificações ou adaptações do sistema; a partir desse modelo é que famílias e orientadores prepararam essas pessoas para participar de uma comunidade sem modificações substanciais para integrar as pessoas com deficiência. Daí então a educação integrada ou integradora excluía aqueles que não tinham condições de acompanhar os demais alunos. As leis sempre tinham o cuidado de deixar aberta a possibilidade de manter as crianças e adolescentes com alguma deficiência em escolas regulares.

No final dos anos 1980 surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, desde que a inclusão propiciasse uma educação de qualidade e igualitária para todos, aceitando as diferenças individuais como atributo e não como obstáculo e valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas tendo isso declarado em documentos-chave como a Declaração de Salamanca, a Carta para o Terceiro Milênio, a Convenção de Guatemala, a Declaração das Pessoas Deficientes, a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão e outros que garantem a acessibilidade a pessoas com deficiência. No Brasil, diversos documentos legislativos e administrativos tratam desse assunto, a começar pela Constituição Federal de 1988 e a LDB/96.

(*CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos./Fragmento>.)*

Questão 01

Com base nas informações e ideias apresentadas no texto, pode-se afirmar que

- A) privilégios destinados a pequenos grupos são retratados e caracterizados como eventos excludentes.
- B) diante de demandas sociais, percebe-se concretização de práticas que permitem mudanças estruturais.
- C) subterfúgios são utilizados para justificar o processo histórico de exclusão na sociedade contemporânea.
- D) em função de necessidades diferentes de indivíduo para indivíduo, possibilitaram-se mudanças satisfatórias em todos os aspectos da sociedade.

Questão 02

Considerando a relação estabelecida entre as orações do período: “Muito se tem falado e escrito sobre inclusão, que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social.” (1º§), pode-se identificar estrutura equivalente em:

- A) Ele disse que estaria aqui, possivelmente, antes das quinze horas.
- B) A entrevista, que possibilitou o ingresso na empresa, foi extremamente difícil.
- C) Em situações de crises que ultrapassam as previsões deve-se buscar o equilíbrio.
- D) As pessoas que são sedentárias desenvolvem problemas de saúde com maior probabilidade.

Questão 03

A partir das informações apresentadas relacionadas à inclusão na sociedade pode-se inferir que

- A) a inclusão, tratada no texto, relaciona-se diretamente aos aspectos legais que envolvem direitos e deveres de cada indivíduo.
- B) ao afirmar que “muito se tem falado e escrito sobre inclusão”, há uma valorização do discurso em detrimento das ações acerca do tema abordado.
- C) segregação e preconceito são conceitos que designam eventos equivalentes abolidos diante da redefinição de ações na sociedade contemporânea.
- D) a visão anterior que a sociedade demonstrava acerca das pessoas com deficiência contribui para que ações sejam consideradas necessárias atualmente, resgatando ideais esquecidos.

Questão 04

“De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, ‘a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.’” (1º§) Considerando o trecho destacado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão “De acordo com” pode ser reconhecida como conector promovendo o encadeamento das ideias.
- II. O período é introduzido por meio de expressão que indica conformidade, podendo ser substituída por “Assim”, mantendo o significado do trecho original.
- III. A gramática normativa permite a substituição das aspas pelo travessão no caso do trecho destacado mantendo-se a finalidade original do uso da pontuação empregada.
- IV. O uso de aspas no primeiro parágrafo indica o emprego de uma citação que tem como propósito comunicativo contribuir para a sustentação das informações e ideias apresentadas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 05

“No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de ‘fase da exclusão’, a maioria das pessoas com deficiência era considerada indigna de educação escolar. Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para os seus problemas; assim as pessoas com deficiência passaram a ser recebidas em instituições filantrópicas de cunho religioso ou asilos, que foram a última morada para muitos.” (4º§) A respeito do trecho destacado, assinale a afirmativa INADEQUADA.

- A) Há uma referência temporal referente a práticas contrárias ao tema “inclusão”.
- B) A concretização de direitos de forma igualitária é uma prática necessária e contemplada em diferentes momentos da história.
- C) É possível identificar a atuação da ciência como protagonista para o progresso das questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência.
- D) Ainda que não houvesse proteção de direito fundamental no passado às pessoas com deficiência, pode-se constatar que tal situação não permaneceu estanque.

Questão 06

A partir do reconhecimento sintático das relações existentes entre as orações e os termos da oração, assinale a alternativa em que o segmento destacado demonstra oração que tem a função própria dos substantivos na frase.

- A) “Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito [...]” (3º§)
- B) “Quando se afirma que ‘a educação é direito de todos, [...]” (2º§)
- C) “[...] que se inicia com a jornada da História da Educação das pessoas com deficiência.” (3º§)
- D) “Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, [...]” (2º§)

Questão 07

Dentre os termos destacados a seguir, assinale aquele cujo emprego NÃO remete a um elemento de referência permitindo que o referente anterior seja retomado.

- A) “Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito que se inicia [...]” (3º§)
- B) “No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de ‘fase da exclusão’, [...]” (4º§)
- C) “Antigamente, pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio [...]” (3º§)
- D) “Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes [...]” (4º§)

Questão 08

“A fase chamada de segregação, já no século XX, começou com a inserção de pessoas deficientes em grandes instituições que propiciavam a alfabetização. A partir da década de 1950 e mais intensamente nos anos 60, eclodiu o movimento de pais a quem tinha sido negado o ingresso de seus filhos em escolas comuns; após a Segunda Guerra Mundial, ‘consistia na crença de que o problema da deficiência era algo restrito à pessoa que a possuía e que, por isso, a solução seria prover a essa pessoa o máximo de habilidades a fim de que ela se tornasse apta a ingressar ou reingressar na sociedade’ (Sasaki, 1997). Surgiram então as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas regulares.” (5º§) Assinale a afirmativa adequada quanto à compreensão de ideias e/ou informações do parágrafo destacado.

- A) O núcleo familiar estabelece e define, em caráter de urgência, a acolhida de pessoas com deficiência nas instituições de ensino.
- B) A restrição referente à deficiência citada no trecho demonstra um menor número de pessoas com deficiência no século XX em relação aos números atuais.
- C) Há uma relação de oposição estabelecida no primeiro período do trecho em destaque, refletindo questões de enfrentamento existentes em relação ao tema inclusão.
- D) As políticas de inclusão do século XX demonstraram grande avanço no sentido de promover o desenvolvimento de modo sistemático e pleno às pessoas com deficiência.

Questão 09

Assinale a alternativa que apresenta a frase em que o termo sublinhado tem o significado corretamente indicado considerando o contexto em que está inserido.

- A) “[...] eclodiu o movimento de pais [...]” (5º§) – implodiu
- B) “[...] que propiciavam a alfabetização.” (5º§) – aplacavam
- C) “[...] uma comunidade sem modificações substanciais [...]” (6º§) – aparentes
- D) “[...] a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social.” (1º§) – contexto

Questão 10

Em “No final dos anos 1980 surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, desde que a inclusão propiciasse uma educação de qualidade e igualitária para todos, [...]” (7º§), pode-se afirmar em relação à ocorrência de crase que

- A) pode ser avaliada como facultativa.
- B) trata-se de uma exigência da expressão “sistema escolar”.
- C) introduz um complemento verbal indiretamente ligado ao verbo.
- D) caso a expressão “necessidades dos alunos” fosse substituída por “alunos”, “às” seria substituído por “à”.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Texto I

A conduta ética do servidor público não é apenas uma questão de comportar-se de acordo com o que é permitido. O essencial da conduta é a orientação interna que ele (servidor) dá a suas ações: a motivação, o esmero, o gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve. Há certos aspectos do serviço público que não se medem pelo simples cumprimento exterior das normas, mas pela qualidade com que as regras são observadas. Quantas vezes nossas leis são cumpridas “na letra”, mas não no seu “espírito”? A conduta, portanto, leva em conta a escolha consciente do agente.

(Ética e Serviço Público. Módulo 3 - A Conduta no Serviço Público. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Adaptado.)

Texto II

A Justiça Estadual é responsável por julgar matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário – Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, o que significa que sua competência é residual, apesar de englobar o maior volume de processos judiciais. Cada uma das unidades da Federação tem a atribuição de organizar a sua justiça. Do ponto de vista administrativo, a Justiça Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição: Primeiro grau: composto pelos juízes de Direito estaduais. Segundo grau: representado pelos Tribunais de Justiça. Nestes, os magistrados são desembargadores, que têm entre as principais atribuições o julgamento de demandas de competência originária e de recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau.

(Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: maio de 2024. Adaptado.)

Questão 11

Após a leitura dos textos I e II, ciente da importância de se cultivar e de se preservar preceitos éticos, é correto afirmar que a Comissão de Ética do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão tem as seguintes atribuições, EXCETO:

- A) Assegurar e promover o solidarismo e a justiça na relação entre magistrados e jurisdicionados.
- B) Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do magistrado, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.
- C) Instruir e fundamentar pedidos de promoções, remoções e permutas dos magistrados e, também, sem prejuízo da competência da Corregedoria-Geral da Justiça, manifestar-se, em plenário, sobre a proposta de orçamento do Poder Judiciário.
- D) Instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional, podendo, ainda, conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra magistrado ou juízo, sem prejuízo da competência da Corregedoria-Geral da Justiça.

Questão 12

É vasta em amplitude e profundidade a literatura sobre estratégia, com farta produção teórica e tecnológica. Ainda assim, há múltiplos significados atribuídos ao conceito de gestão estratégica, em especial no setor público. Gestão, em uma perspectiva bastante singela e processual, de inspiração predominantemente neoclássica, pode ser definida a partir do fluxo cíclico, virtuoso e recursivo das funções gerenciais de planejamento, organização, direção e controle; ou de forma ainda mais simples, como planejar, executar e avaliar (ou controlar). A estratégia é conteúdo que se materializa no planejamento estratégico. Tem-se, então, que o planejamento estratégico está mais intensamente associado a um dos elementos do processo de gestão – o planejamento. Portanto, produzir planejamentos estratégicos não é sinônimo de gestão estratégica. É requisito para a formulação da estratégia e, por conseguinte, de um planejamento estratégico, o que se denomina pensamento estratégico. Não há gestão estratégica, tampouco planejamento estratégico, sem que se instale e cultive entre os membros da organização um pensamento estratégico.

(BERGUE, Sandro Trescastro. *Gestão estratégica de pessoas no Setor Público – Belo Horizonte: Fórum, 2020.*)

Considerando o disposto no texto, pensar estrategicamente no contexto da Administração Pública implica conhecer algumas dimensões essenciais, dentre as quais se destacam as seguintes, EXCETO:

- A) Assumir que a ação administrativa deve assentar-se na firme ciência dos propósitos pessoais e ser orientada pela sistemática reinterpretção das atribuições que lhes foram legalmente estabelecidas.
- B) Noção de pensamento de topo, o que implica em um modelo de pensamento gerencial que, por ocasião da formulação dos objetivos institucionais, alcance o efetivo envolvimento da alta administração, para além da perspectiva individual ou setorial conformadora dos espaços de poder na organização.
- C) Identificar e potencializar o que é essencial para a produção de valor público a ser emanado da organização, o que implica que seus membros compartilham uma aceitação acerca do que são os elementos ou processos essenciais para a geração daquilo que efetivamente caracteriza e legitima a organização como tal perante a sociedade.
- D) Considerar o arranjo de pessoas e suas relações a partir de uma visão integral que assuma a organização como um sistema complexo e caótico, inserida em um contexto moldado por um conjunto de relações que transcendem os limites institucionais, estendendo-se para a interação com outros órgãos ou entidades que configuram a Administração Pública.

Questão 13

Os conflitos estão presentes em todos os ambientes organizacionais, pois sempre que houver convivência entre um grupo de pessoas, inevitavelmente haverá divergências de ideias, de objetivos, de valores e de outros fatores. O comportamento humano é a parte mais complexa e integral de todo tipo de conflito; a estrutura da organização, a qual se refere às normas, às políticas e aos procedimentos, assim como os fluxos internos de informações da própria instituição, também podem gerar conflitos. Por sua vez, muitos conflitos do mundo externo – a exemplo das especificidades das entidades públicas e de suas relações com os governos – são internalizados, mas isso é inevitável e faz parte do viver em coletividade. Sobre conflitos e possibilidades de geri-los, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () No processo de gestão, é necessário que existam ferramentas técnicas que possibilitem a mediação dos conflitos nos ambientes institucionais, pois não se trata, apenas, de trabalhar os relacionamentos interpessoais, mas, inclusive, de instituir ações significativas em que os agentes envolvidos nos conflitos entendam que são importantes para a instituição e, também, entendam a importância da instituição no sistema no qual se encontra inserida.
- () No serviço público, a segregação de funções e de atribuições são legalmente estabelecidas e, por isso, interesses institucionais atrapalham a harmonia das instituições e acirram os conflitos internos e externos.
- () Na Administração Pública, a Ouvidoria pode ser entendida como uma instituição que auxilia os cidadãos em suas relações com o Estado. Um de seus objetivos é encaminhar as demandas que lhe são passadas, sempre visando o melhor para o cidadão, cabendo a ela solucionar as pendências sempre no menor tempo e da maneira mais objetiva.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) F, F, F.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 14

Sobre a organização do Estado e de sua gestão e os agentes públicos, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A Administração Pública, para além do emprego convencional do termo para designar fundamentalmente o aparelho estatal e suas relações, diz também com a função gerencial, mais orientada para a noção de administrar a coisa pública (processo), ao passo que a organização, a despeito da inarredável interdependência, mais se aproxima do senso de instrumento (estrutura).
- () Delinear os traços predominantemente mecanicistas da Administração Pública e suas implicações para a gestão das políticas públicas contribui para a compreensão dos fenômenos organizacionais transversais à gestão de pessoas no setor público.
- () A organização pública é a expressão predominantemente instrumental da Administração Pública, explicitando o modo de compreender e organizar pessoas e suas relações formais e informais, observada uma multiplicidade de objetivos em movimentos de acomodação, cultura, tecnologias, processos e recursos das demais ordens.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.

Questão 15

Sobre os aspectos fundamentais na formação do Estado brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A instituição do Governo Geral para todo o Brasil, em meados dos anos de 1500, teve como resultado a efetiva presença do Governador Geral e de seus auxiliares imediatos em todos os lugares do território brasileiro que exigissem a tomada de decisões importantes.
- B) A grande extensão do território nacional e as dificuldades de comunicações não impediram a efetiva implantação de um Governo Geral no Brasil, o que resultou no estabelecimento de duas sedes administrativas, uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro por volta 1820.
- C) Dentre as inúmeras tentativas de se unificar a administração brasileira, uma importante modificação foi introduzida em 1621, quando se estabeleceu um Governo Geral para todo o Brasil, exceto para o estado do Maranhão, que manteve relativa autonomia até a instituição do vice-reinado no Brasil.
- D) A rigor, desde o descobrimento, em 1500, Portugal já conhecia a possibilidade de extrair riquezas do solo e do subsolo brasileiros. Por isso, até meados do século XVII, a estrutura jurídico-administrativa do Brasil não sofreu modificações, o que revela a ausência de dificuldades encontradas por Portugal para tratar o Brasil como uma unidade.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 16

200 anos da Batalha do Jenipapo

O ano passado, 2023, comemorou-se o bicentenário da Batalha de Jenipapo. Em 13 de março de 1823 aconteceu um dos episódios mais marcantes da história da independência do Brasil. As lutas, ocorridas no Piauí, opuseram brasileiros piauienses, cearenses e maranhenses contra tropas leais a Portugal lideradas pelo Major Fidié. Pelo menos 200 brasileiros morreram durante os confrontos na cidade de Campo Maior.

(Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/13/200-anos-da-batalha-do-jenipapo>. Acesso em: maio de 2024.)

No local hoje situado às margens da BR 343, a rodovia que liga a capital Teresina à cidade de Parnaíba, no litoral piauiense, brasileiros e portugueses se bateram entre nove horas da manhã e duas horas da tarde do 13 de março de 1823. O resultado foi uma carnificina, cerca de duzentos brasileiros mortos e mais de quinhentos feitos prisioneiros. Dentre as características dessa batalha contundente, podemos apontar o fato de que:

- A) Apesar da junção entre os estados, apenas o Maranhão estava a favor de fato da independência, sendo que os demais estados do Nordeste tinham outros interesses.
- B) Mais tarde, o próprio Imperador não reconheceu o feito heroico dos brasileiros e os manteve em cativeiro por muito tempo, trazendo mais revolta ainda aos sobreviventes.
- C) Muitos participantes não tinham experiência militar, eram vaqueiros, roceiros, escravizados, libertos e indígenas, armados somente com machados, foices, facões e enxadas.
- D) Do lado português, a tropa não diferia muito dos inimigos, sendo composta por soldados sem treinamento adequado e, na maioria das vezes, sem alimento ou armas próprias.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 17

Criadas durante a administração pombalina, as companhias monopolistas de comércio foram parte integrante dos planos de reestruturação econômica de Portugal. Essas organizações acabariam por controlar a entrada e a saída dos produtos das colônias portuguesas, antes realizadas, em sua maioria, por comerciantes estrangeiros. Com a morte de D. João V, assumiu o trono seu filho, D. José I. O fatal acontecimento do terremoto de Lisboa, em 1755, foi decisivo para que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, assumisse o cargo de Ministro de Negócios do Reino; muita coisa mudaria a partir de então.

(MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 6-7.)

Por Alvará Régio, de 7 de junho de 1755, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Dentre as funções e ações desenvolvidas pela Companhia, é possível apontar:

- A) A venda em Lisboa, em consignação, de produtos repassados pelos lavradores do Grão-Pará e Maranhão.
- B) O controle dos direitos alfandegários, do peso e do subsídio de qualquer mercadoria que circulasse na província maranhense.
- C) O cuidado dos chamados “negócios miúdos”, ou seja, administração dos negócios paralelos relativos aos mais variados setores da região.
- D) A vigilância em toda região contra a corrupção, o monopólio e as arbitrariedades que eram usualmente cometidas pelos moradores locais.

Questão 18

Graças ao prestígio pessoal de Victorino nas altas esferas administrativas e junto aos figurões do país (prestígio que se conservou em alta e efetivo, passando de presidente a presidente, até sua morte e além dela) como uma época de grandes vantagens para o Estado, com o carreamento de vultosas verbas, que, se bem aplicadas, teriam dado ao Maranhão um grande progresso. Desviadas, porém, pelos amigos e correligionários, aos quais se garantiam todas as imunidades e forneciam meio para aniquilamento dos contrários.

(BOTELHO, Joan. *Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão*. 1ª ed. São Luís: Fort Gráfica, 2007.)

São públicas e notórias as estratégias e articulações chefiadas por Vitorino Freire que levaram, posteriormente, à montagem do “Vitorinismo”, enquanto sistema político, através de suas práticas coronelísticas (autoritárias e violentas). A greve de 1951 representou para o Vitorinismo:

- A) Um desgaste da oligarquia Vitorinista, mas não a sua extinção ainda.
- B) Uma experiência nacional-estatista percebida como uma grande vitória do coronelismo, que perdura no Maranhão até hoje.
- C) O momento específico em que a figura hegemônica e de maior representação do mandonismo oligárquico local perdeu por completo seu poder.
- D) Um evento que mudaria a política como um todo no Brasil, pois trouxe uma importante contribuição no que se refere à derrocada do trabalho.

Questão 19

O Maranhão, estado localizado na região Nordeste do Brasil, apresenta uma variedade de formas de relevo. Três importantes unidades de relevo do Maranhão são o Planalto Maranhense, a Planície Litorânea e a Baixada Maranhense. Em relação às unidades de relevo do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- A) A Baixada Maranhense, encontrada no centro-sul do estado, apresenta altitudes moderadas e ondulações suaves.
- B) A Planície Litorânea, localizada no centro-sul do estado, é uma área de planícies inundáveis, com muitos rios e lagoas.
- C) O Planalto Maranhense, localizado no norte do estado, é caracterizado por planícies inundáveis, com muitos rios e lagoas.
- D) A Planície Litorânea, situada ao longo da costa, é uma área de terrenos baixos e relativamente planos, influenciada pela proximidade com o mar.

Questão 20

O estado do Maranhão possui uma rede hidrográfica diversificada e significativa que dinamiza a sua economia. Entre os principais rios do estado, destacam-se o rio Itapecuru, o rio Mearim e o rio Parnaíba. Sobre os rios maranhenses, é correto afirmar que:

- A) Itapecuru, que faz divisa com o estado do Piauí, é conhecido por suas cheias sazonais.
- B) Parnaíba, que faz divisa com o Piauí, é um importante recurso para a navegação e a pesca.
- C) Mearim, que corta o estado de sul a norte, é vital para o abastecimento de várias cidades, incluindo São Luís.
- D) Itapecuru, que nasce em Camurupim, no Piauí, é conhecido por fertilizar as áreas agrícolas adjacentes durante suas cheias sazonais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 21

As custas processuais dos serviços forenses devidas ao Estado pelo processamento dos feitos são fixadas segundo o processo e o recurso, sendo contadas e cobradas conforme a Lei do Estado do Maranhão, Lei nº 12.193/2023, que dispõe sobre as custas judiciais incidentes sobre os serviços públicos de natureza forense e normativos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Analise as afirmativas a seguir.

- I. As multas impostas nos termos das leis processuais às partes, aos servidores do Poder Judiciário e aos serventuários extrajudiciais não são consideradas custas.
- II. São isentos do pagamento de custas nas ações de alimentos e de acidente de trabalho, o alimentando, o acidentado e seus beneficiários, quando vencidos; bem como os processos de competência da Justiça da Infância e Juventude.
- III. A reclamação contra cobrança de custas processuais indevidas ou excessivas, em qualquer caso, será feita pelo interessado junto ao magistrado do feito ou diretor do fórum respectivo.
- IV. Nos processos de competência dos Juizados Especiais Criminais havendo homologação de composição civil ou aplicação de pena restritiva de direitos ou multa conforme Lei nº 9.099/1995 e na recuperação judicial de microempresa e empresa de pequeno porte, as custas serão reduzidas em cinquenta por cento.

De acordo com a Lei nº 12.193/2023, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 22

Tendo em vista a Lei nº 6.107/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão e dá outras providências, em relação às formas de provimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Maria, servidora aposentada por invalidez, teve os motivos de sua aposentadoria declarados insubsistentes.
- II. João, servidor estável, sofreu um acidente que o incapacitou parcialmente ao exercício de suas funções, sendo investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- III. Ana, servidora estável, teve invalidada a sua demissão por decisão administrativa, devendo retornar ao cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.
- IV. Mévio, servidor estável, foi inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, devendo retornar ao cargo anteriormente ocupado.

O modo de provimento a que estão sujeitos os servidores acima indicados, de acordo com a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, é, respectivamente:

- A) Recondução, readaptação, reintegração e reversão.
- B) Reversão, readaptação, reintegração e recondução.
- C) Recondução, reintegração, readaptação e reversão.
- D) Reversão, reintegração, readaptação e recondução.

Questão 23

À luz da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 – que regula a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Maranhão, compreendendo a constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, Juizes e Serviços Auxiliares da Justiça – analise as afirmativas a seguir acerca das penas impostas aos serventuários, auxiliares e funcionários da Justiça.

- I. Jota, escrivã em vara de Bacabal, atuou, pela primeira vez, com negligência no cumprimento dos deveres do cargo.
- II. Caio, escrivão em vara de São Luiz, portou-se com notória e reiterada incontinência pública.
- III. Mévia, escrivã em vara de Açailândia, reincidiu em falta de insubordinação.
- IV. Tício, escrivão em vara de Caxias, atuou com negligência no cumprimento dos deveres do cargo, já tendo sofrido pena de repreensão anteriormente pelo mesmo motivo.

A punição a que estão sujeitos os servidores nos casos indicados, de acordo com a LC nº 14/1991, é, respectivamente:

- A) Censura, censura, suspensão e multa.
- B) Advertência, censura, suspensão e multa.
- C) Censura, suspensão, advertência e suspensão.
- D) Advertência, suspensão, demissão e suspensão.

Questão 24

A Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, regula a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Maranhão, compreendendo a constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, Juízes e Serviços Auxiliares da Justiça. Tendo em vista a normativa citada, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Tribunal de Justiça, com sede na cidade de São Luís, e jurisdição em todo o Estado, é o órgão supremo do Poder Judiciário Estadual, compor-se-á de trinta e sete desembargadores, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o Corregedor-Geral da Justiça.
- II. Na composição do TJMA há Câmaras Isoladas distribuídas de modo especializado em Câmaras de Direito Privado, Câmaras de Direito Público e Câmaras Criminais.
- III. Compete ao Tribunal de Justiça, processar e julgar originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual; e os Juízes de Direito nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- IV. Na Comarca da Ilha de São Luís haverá juízes de direito auxiliares, com atribuições definidas na Lei Complementar nº 14/1991, dentre as quais substituir os titulares da comarca nos casos de impedimento, férias, licenças ou vacâncias.

Está de acordo com a Lei Complementar nº 14/1991 o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 25

Acerca da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, do estado do Maranhão, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado e dá outras providências, tratando, dentre outros assuntos, de suas vantagens, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo; diárias; e, vale-transporte, destinando-se, a primeira, a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- II. Pelo exercício de cargo em comissão que o servidor tenha exercido, e pelo exercício de função de direção e assistência intermediária são devidas gratificações em valores estabelecidos por lei.
- III. A gratificação por condições especiais de trabalho será calculada com base no valor do vencimento do cargo efetivo, até o limite de cem por cento.
- IV. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de cinco por cento a cada cinco anos de efetivo serviço público estadual, observado o limite máximo de trinta e cinco por cento incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 26

Sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- A) O Órgão Especial reunir-se-á com, no mínimo, dez desembargadores, além do seu Presidente. Quando exigido quórum qualificado para deliberação, o Órgão Especial não se reunirá sem a presença de doze desembargadores.
- B) Na distribuição dos processos no Órgão Especial é aplicada a regra de serem excluídos da distribuição o presidente, primeiro Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça. Quanto ao primeiro Vice-Presidente, ficam ressalvados os processos privativos de sua relatoria.
- C) A eleição dos quinze membros do Órgão Especial será realizada em sessão administrativa pública, por votação aberta, entre os membros do Plenário, convocados especialmente para tal finalidade, sendo inadmitida a recusa do encargo, salvo manifestação expressa antes da eleição.
- D) O Plenário do Tribunal é composto de todos os membros do Órgão Especial do Tribunal, além de seu Presidente, Vice-Presidentes e os cinco Desembargadores de maior antiguidade no tribunal e somente se reunirá com a presença de, no mínimo, dezesseis desembargadores, nesse número incluído o Presidente.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 27

No que tange às sanções que podem ser aplicadas a servidores do Poder Judiciário do Maranhão, segundo a Lei Complementar nº 14/1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), relativas à pena de demissão, analise as seguintes situações:

- I. Abandono de cargo.
- II. Recebimento indevido de custas.
- III. Portar-se com notória e reiterada incontinência pública ou privada.
- IV. Especificamente ao secretário da contadoria que deixar de comunicar à autoridade judiciária, quando constatar, a cobrança indevida de custas ou emolumentos.

Considerando que a falta não tenha sido reiterada e os casos expressamente previstos na norma, são casos cuja pena prevista é a demissão:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 28

Certa cidade no interior do Maranhão dispõe de um único juiz de direito, que atende à Vara Única local, com competência territorial sobre essa cidade e outras duas cidades vizinhas. Essa cidade, levando em conta as regras de divisão judiciária do Estado do Maranhão, pode ser classificada como sendo

- A) um termo judiciário e uma comarca de entrância inicial cujo nome será o da cidade em questão.
- B) um termo judiciário e uma comarca de entrância especial, uma vez que é composta por mais de uma cidade.
- C) uma comarca e em conjunto com as demais cidades uma zona judiciária, cujo nome será o da cidade em questão.
- D) em conjunto com as demais cidades que são atendidas pelo juiz, um termo judiciário e uma comarca de primeira instância judicial.

Questão 29

Sobre o processo administrativo disciplinar, conforme normas presentes na Lei Complementar nº 14/1991 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão), assinale a afirmativa correta.

- A) Das penalidades impostas não cabe recurso de qualquer natureza. Pode ser feito, entretanto, pedido de reconsideração direcionado ao Presidente do Tribunal, que tem poderes discricionários para analisar o pedido.
- B) Os atos instrutórios do processo disciplinar administrativo poderão ser delegados pelo presidente do Tribunal ou pelo Corregedor-Geral da Justiça a juiz de direito, sendo vedada sua delegação a servidor, ainda que efetivo.
- C) O processo disciplinar administrativo terá início por Portaria baixada pelo Presidente do Tribunal ou pelo Corregedor-Geral da Justiça, delimitando teor da acusação e sujeito à concordância pelo juiz onde hajam sido imputados os fatos ao servidor.
- D) Se houver conveniência, por ato do Presidente do Tribunal ou do Corregedor-Geral da Justiça, conforme o caso, o servidor poderá ser afastado preventivamente do exercício do cargo ou função, por até trinta dias, prorrogáveis, desde que não exceda noventa dias, uma vez instaurado o processo disciplinar administrativo.

Questão 30

No que diz respeito à progressão e à promoção de servidor público do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos termos da Lei Estadual nº 11.690/2022, assinale a afirmativa correta.

- A) Promoção é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- B) Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de dois anos, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- C) Progressão funcional é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, observadas as ressalvas normativas.
- D) Promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, sendo exigido para a promoção para a Classe D requisitos adicionais, definidos em lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

Teresa, analista judiciária, ao examinar certos feitos judiciais em trâmite perante o Tribunal de Justiça, se depara com as seguintes afirmativas:

- I. É constitucional a norma que veda genericamente o direito de candidatos com deficiência à adaptação de provas físicas de concursos públicos; em razão da igualdade que deve nortear tal processo de recrutamento, todos os candidatos devem ser submetidos aos mesmos critérios de rigor físico para o desempenho do cargo.
- II. O legislador, em alteração legislativa promovida em 2021, optou por excluir a violação do princípio da publicidade do âmbito de incidência da Lei Federal nº 8.429/1992, tendo em vista que a nova redação dada ao *caput* do Art. 11 informa que será ato de improbidade administrativa somente a ação que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.
- III. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas; os instrumentos citados terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.

Considerando a jurisprudência e a legislação correlatas aos temas debatidos, Teresa corretamente concluirá que:

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Somente uma afirmativa está correta.
- C) Somente duas afirmativas estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão erradas.

Questão 32

Caio, Tício e Mévio, analistas judiciários, diante de controvérsia existente em processo judicial que examinam, iniciaram um debate acerca das peculiaridades dos entes da Administração indireta no que concerne ao dever de motivação no ato de dispensa de empregados públicos, admitidos por meio de concurso. Caio afirmou que somente a empresa pública prestadora de serviço público deve motivar a demissão de seus empregados. Tício, por sua vez, ponderou que em recente decisão, o Supremo Tribunal Federal fixou tese no sentido de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar em ato formal, a demissão de seus empregados concursados. Mévio complementou que tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista. Diante do debate travado pelos analistas, conclui-se que:

- A) Somente Caio está correto.
- B) Caio, Tício e Mévio estão corretos.
- C) Somente Caio e Tício estão corretos.
- D) Somente Tício e Mévio estão corretos.

Questão 33

Sobre os contratos administrativos, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Será facultado à Administração, quando o licitante vencedor convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições e valores expressos em suas respectivas propostas.
- II. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado, dado que é prerrogativa da Administração modificar unilateralmente os contratos.
- III. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 34

Eulália é analista judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e foi instada pelo seu superior imediato a analisar recentes inovações legislativas e normativas de determinados entes da federação. São elas:

- I. Lei estadual que ampliou requisitos para a concessão de porte de arma de fogo a atiradores desportivos atuantes no âmbito do ente, ao reconhecer o risco da atividade por eles exercida.
- II. Emenda de Constituição de determinado Estado que conferiu aos municípios nele localizados liberdade de escolha, de acordo com sua política autônoma, de instituir ou não Procuradorias para sua representação judicial e extrajudicial, bem como assessoramento e consultoria jurídica.
- III. Portaria, expedida por ente estadual, que alterou e fixou os horários de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas no âmbito de determinado município do referido estado.

Compulsando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no que concerne à organização do Estado e a repartição de competências, Eulália corretamente concluirá que:

- A) Todas as medidas são constitucionais.
- B) Apenas uma medida é inconstitucional.
- C) Todas as medidas são inconstitucionais.
- D) Apenas duas das medidas são inconstitucionais.

Questão 35

Caio, Tício e Mévio, analistas do Tribunal de Justiça do Maranhão, ao examinarem certa demanda judicial, iniciaram um debate acerca do alcance do direito de intimidade e privacidade conferido pela Constituição da República Federativa de 1988 frente à atuação de determinados órgãos. Caio afirmou que ainda que a Constituição não mencione expressamente que o Ministério Público tem poder de investigar crimes, tal incumbência decorre de sua atribuição própria e imprescindível de zelar pelo respeito aos direitos fundamentais, por meio da promoção da ação penal pública. Tício ponderou que embora o Ministério Público não precise observar as hipóteses de reserva de jurisdição, por gozar de autonomia plena na realização de investigações criminais, outros órgãos, como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), devem observá-las. Por fim, Mévio afirmou que a quebra de sigilo e a interceptação de comunicações telefônicas pelas CPIs prescindem de autorização judicial. Analisando os posicionamentos dos três analistas, é correto afirmar que:

- A) Somente Caio está correto.
- B) Caio, Tício e Mévio estão corretos.
- C) Somente Caio e Tício estão corretos.
- D) Somente Tício e Mévio estão corretos.

Questão 36

Sobre o tema do Poder Judiciário e os assuntos a ele correlatos, analise as afirmativas a seguir.

- I. É competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça proferidas no exercício de suas competências constitucionalmente previstas.
- II. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- III. A autonomia de um ente municipal pode ser afastada se o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 37

Acerca do Contrato de Administração Fiduciária de Garantias, introduzido no Código Civil pela Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, que dispõe sobre o aprimoramento das regras relativas ao tratamento do crédito e das garantias e às medidas extrajudiciais para recuperação de crédito, assinale a afirmativa correta.

- A) O agente de garantia terá dever fiduciário em relação aos credores da obrigação garantida e responderá perante os credores por todos os seus atos.
- B) Os requisitos de convocação e de instalação das assembleias dos titulares dos créditos garantidos estarão previstos na legislação especial aplicável à modalidade de garantia.
- C) O produto da realização da garantia, enquanto não transferido para os credores garantidos, constitui patrimônio separado daquele do agente de garantia e não poderá responder por suas obrigações pelo período de até cento e vinte dias, contado da data de recebimento do produto da garantia.
- D) O agente de garantia poderá ser substituído, a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representarem a maioria simples dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, mas a substituição do agente de garantia somente será eficaz após trinta dias a partir de sua notificação.

Questão 38

Nos termos do Código Civil, a responsabilidade da fiança em caso de falecimento do fiador:

- A) Transfere-se integralmente aos herdeiros, sem limitação temporal ou financeira.
- B) Limita-se ao tempo decorrido até a morte do fiador e pode ultrapassar as forças da herança.
- C) Limita-se ao tempo decorrido até a morte do fiador e não pode ultrapassar as forças da herança.
- D) Extingue-se automaticamente com o falecimento do fiador, sem qualquer obrigação para os herdeiros.

Questão 39

De acordo com o Código de Processo Civil, a gratuidade da Justiça compreende:

- A) O pagamento, ao final, das multas processuais que lhe sejam impostas.
- B) As despesas com a realização de exame de código genético – DNA, e de outros exames considerados essenciais.
- C) Os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário para a propositura da petição inicial.
- D) As despesas processuais e os honorários advocatícios decorrentes da sucumbência do beneficiário, impedindo a execução mesmo que o credor demonstre, em prazo legal, que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade.

Questão 40

De acordo com o Código de Processo Civil, é ato atentatório à dignidade da Justiça:

- A) Praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.
- B) Praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- C) Formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- D) Declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações.

Questão 41

De acordo com o Código de Processo Civil, os atos processuais são públicos; todavia, tramitam em segredo de Justiça os processos

- A) regidos pela Lei Maria da Penha.
- B) sobre filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- C) quando acordados entre as partes em negócio processual.
- D) necessários à soberania e segurança nacional que versem sobre arbitragem, sendo desnecessária a cláusula de confidencialidade.

Questão 42

De acordo com o Código de Processo Civil, o autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu, até

- A) a citação.
- B) a contestação do réu.
- C) o saneamento do processo.
- D) a primeira decisão interlocutória.

Questão 43

De acordo com o Código de Processo Civil, são suspeitos para depor como testemunha:

- A) Os incapazes.
- B) O que é parte na causa.
- C) O que tiver interesse no litígio.
- D) O cônjuge, o companheiro, o ascendente e o descendente em qualquer grau e o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes.

Questão 44

J., após uma discussão com sua esposa M., desferiu-lhe um golpe de faca na região do abdome, provocando uma lesão profunda. M. correu para fora de casa clamando por socorro, sendo acolhida por vizinhos. Nesse momento, J. pegou seu veículo e levou M. até o hospital do município de Barreirinhas-MA, onde a deixou sob cuidados médicos, retornando para sua residência. O médico plantonista, identificando a gravidade das lesões, prestou os primeiros socorros e acionou a ambulância para transferir M. para São Luís-MA, já que seria necessário cirurgia de maior complexidade. Minutos depois de chegar no hospital em São Luís, aproximadamente seis horas após o crime, M. veio a óbito. O laudo necroscópico atestou que a morte se deu em decorrência da hemorragia causada pela lesão. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) J. deve responder pelo crime doloso contra a vida, e a análise sobre a aplicação, ou não, do instituto da desistência voluntária, deve ficar a cargo do Conselho de Sentença.
- B) J. não poderá ser responsabilizado pela morte de M., mas apenas pela lesão corporal, na medida em que ela poderia sobreviver caso houvesse condições para a realização da cirurgia no hospital de Barreirinhas-MA.
- C) J. deve responder pelo crime de feminicídio, cabendo ao Poder Judiciário, mesmo de ofício, reconhecer a causa de diminuição de pena do arrependimento posterior, reduzindo a pena de um a dois terços, caso ele venha a ser condenado pelo Tribunal do Júri.
- D) A conduta de J., ao levar sua esposa para o hospital, caracteriza a desistência voluntária, de modo que ele deve responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte, devendo o Poder Judiciário rejeitar a denúncia, caso o Ministério Público impute ao réu a prática de feminicídio.

Questão 45

No dia 5 de janeiro de 2023, por volta das 21h, J. conduzia seu veículo a uma velocidade de 90 km/h, numa via cujo limite máximo de velocidade era de 30 km/h. Num momento em que se distraiu para ler uma mensagem no telefone celular, perdeu o controle do veículo e atropelou M., que caminhava no mesmo sentido do veículo de J., próxima à calçada. Apesar de ter ficado inconsciente por dez dias, o imediato socorro prestado pelo condutor e o subsequente tratamento médico permitiram que M. retomasse a consciência no dia 16 de janeiro e, antes do fim daquele mês, voltou às atividades habituais sem qualquer seqüela. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) J. poderia ser preso em flagrante pelo crime de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor.
- B) J. poderá ser processado criminalmente independentemente de representação criminal da vítima, dadas as circunstâncias do delito.
- C) J. só poderá ser processado criminalmente se M. representar contra ele, no prazo de seis meses contado da data do evento criminoso, salvo se J. estivesse sob influência de álcool.
- D) J. só poderá ser processado criminalmente se M. representar contra ele, no prazo de seis meses contado da data que tiver recobrado a consciência e tido ciência da autoria do crime, salvo se J. estivesse sob influência de álcool.

Questão 46

S. vinha sendo agredida com palavras e ameaçada de morte por seu marido P., com quem tem três filhos. No dia 3 de maio de 2024, após mais uma discussão do casal, P. disse “pela última vez” que iria lhe matar caso continuasse a conversar com um de seus vizinhos. Com medo, S. resolveu procurar a Delegacia de Mulheres para representar criminalmente e pedir medida protetiva de urgência, para que P. fosse afastado do lar e proibido de entrar em contato com ela. Passados dois dias do afastamento do lar, S. contou à delegada que P. era um ótimo pai e que nunca deixava faltar nada em casa para ela e para os seus filhos, apesar do ciúme exacerbado. Disse à delegada que precisava da manutenção das medidas protetivas, mas que renunciaria à representação criminal contra P., por não querer prejudicá-lo no trabalho ou na relação com os filhos. Considerando a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa verdadeira.

- A) O interesse de S. em representar criminalmente, assim como a posterior renúncia, são irrelevantes, visto que nos crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra as mulheres as ações penais são públicas incondicionadas.
- B) Não é correto afirmar que nas infrações penais (*latu sensu*) praticadas no contexto de violência doméstica e familiar contra as mulheres as ações penais são públicas incondicionadas, na medida em que as contravenções penais só serão processadas se houver representação da vítima.
- C) A Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, desde a sua entrada em vigor, estabeleceu mecanismos de proteção às mulheres como as medidas protetivas de urgência e tipificou diversas condutas como crime, com o objetivo de conter o alto índice de violência contra as mulheres no Brasil.
- D) Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica de S. ou de seus filhos, a medida protetiva de urgência solicitada pode ser determinada pela autoridade judicial competente, mas também pode ser determinada pela própria delegada de polícia, na hipótese de a cidade não ser sede de Comarca.

Questão 47

Os princípios fundamentais do processo penal são mandamentos nucleares que vincularão toda dogmática jurídica processual. Nesse diapasão, a vedação de tribunais *pos facto* se afigura como meio idôneo de garantir o respeito ao princípio do(a)

- A) favor rei.
- B) juiz natural.
- C) busca pela verdade real.
- D) presunção de inocência.

Questão 48

Em tema de competência, haverá conexão quando:

- A) Duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- B) A prova de uma infração for indiferente para uma infração antecedente.
- C) Tratar-se de crime de ódio contra alguma minoria constitucionalmente protegida.
- D) Ocorrendo duas ou mais infrações, forem praticadas por várias pessoas, umas contra as outras.

Questão 49

Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:

- A) A pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida.
- B) As diretrizes do Código de Processo Penal sobre reconhecimento de pessoas são recomendações cuja inobservância não geram nulidade.
- C) Em qualquer caso a autoridade providenciará para que a pessoa chamada para o reconhecimento não seja vista pela pessoa a ser reconhecida.
- D) A pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, isoladamente em um recinto próprio, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la.

Questão 50

No Processo Penal Brasileiro pode-se afirmar corretamente que:

- A) A Revisão Criminal é uma ação autônoma de impugnação.
- B) A mulher trans não pode ser beneficiada por medida protetiva de urgência em razão do princípio da tipicidade.
- C) Nos juizados especiais criminais, o termo circunstanciado será substituído pelo inquérito policial caso o promotor de Justiça considere imprescindível a medida para elucidação da autoria.
- D) Não constitui ato ilegal a abordagem policial com base na cor da pele ou aparência física, podendo o juiz converter a prisão em flagrante em preventiva, desde que decida com razoabilidade.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) questão discursiva sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será penalizado o candidato ou candidata que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem 13.7.1 do Edital, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência e exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 9 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Lucas, legítimo proprietário de imóvel em cidade localizada no estado do Maranhão, exercendo o domínio completo sobre a coisa, assinou contrato de promessa de compra e venda com Helena, para a transferência do direito de laje, com valor parcelado em doze vezes, permitindo que essa construísse sobre a laje do seu imóvel urbano. Helena, obedecendo aos parâmetros urbanísticos e às regras de edificação para a região, construiu uma unidade habitacional no local, onde passou a residir. Helena terminou de fazer o pagamento e de edificar. Agora, gostaria de fazer o registro independente da sua unidade no cartório de registro de imóveis da cidade em questão. Entretanto, Lucas recusa-se a assinar qualquer documento que seja hábil à apresentação ao cartório competente, sob os argumentos de que: a) o cartório não pode fazer o registro de matrícula independente de uma unidade construída sobre laje; b) que não houve qualquer contrato relativo à transferência de direito de superfície, que poderia ser registrado. Helena, inconformada, procurou a via judicial, requerendo que Lucas fosse sujeito a obrigação de fazer para assinar o documento que permitisse o registro e matrícula da unidade construída sobre a laje do seu imóvel. O douto julgador de primeira instância, concordou com os argumentos de Helena e, utilizando-se das prerrogativas legais do Código do Processo Civil, ordenou uma medida atípica para assegurar o cumprimento da ordem emitida na sentença, para que assinasse o documento demandado pelo cartório, uma vez que Lucas não o fez, quando ordenado. Emitiu como primeira medida para obrigar ao cumprimento da decisão, ordem para que fossem recolhidos o passaporte e a carteira de habilitação de motorista de Lucas, até que cumprisse a ordem judicial de assinar o documento em questão.

Considerando o caso-problema apresentado, discorra: 1) Helena tem o direito de fazer o registro imobiliário da unidade que edificou? Justifique; 2) Cite duas diferenças entre o direito de Laje e o direito de Superfície; 3) A medida processual tomada pelo juiz de primeira instância, para garantir o cumprimento de sua ordem está correta e é a mais adequada ao caso, considerando os princípios gerais do direito processual, no que tange a obrigar ao cumprimento de determinações judiciais? Justifique. Caso exista(m) outra(s) medida(s), mais adequada(s), que pudesse(m) ser adotada(s), indique e justifique; e, 4) A medida de restrição de direitos, conforme adotado no caso concreto, considerada em geral (não relacionada ao caso específico), é constitucional? Justifique.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha; 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário; e, 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário e para o cargo de Oficial de Justiça.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- Para interposição de recursos o candidato ou candidata deverá acessar o sítio eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no subitem 16.2, e inserir as informações solicitadas.